

A ADMINISTRAÇÃO DO MARQUÊS DE ALEGRETE NA CAPITANIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL (1814-1815)

CLARISSA PRESTES MEDEIROS*

Introdução

O presente estudo tem por tema uma investigação histórica inicial sobre a trajetória do Marquês de Alegrete a partir das correspondências expedidas por ele, especialmente percebidas no período inicial de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1814 a 1815.

A trajetória administrativa do Marquês de Alegrete é uma via de acesso interessante para compreender as diferentes estratégias políticas e administrativas do Império Português na América, em fins do período colonial. Sendo um português pertencente à nobreza, percebe-se em sua trajetória as características propostas pela Coroa portuguesa para a melhor governabilidade de seu Império ultramarino.

Além disso, a análise da trajetória administrativa do Marquês de Alegrete se faz presente em um período em que a sociedade ainda era marcada pelas práticas herdadas do Antigo Regime, as quais essa sociedade entendia e mantinha os meios para garantir uma posição na hierarquia econômica, social, política e mesmo administrativa.

Vale frisar que não há nenhum estudo específico sobre a trajetória do Marquês de Alegrete, que meramente figura como coadjuvante em obras e trabalhos que tem por objeto o Rio Grande do Sul no período do Império Português. Esse, inclusive, é um fato que motivou o presente trabalho.

Com base nessa problemática e no trabalho de Maria de Fátima S. Gouvêa (2001) que mostra as estratégias utilizadas pela administração portuguesa na forma de uma *economia política de privilégios*¹ e o estabelecimento de trajetórias administrativas em determinados territórios no

* Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista CAPES.

1 A economia de política de privilégios consiste em “uma dada noção de pacto e de soberania, caracterizada por

ultramar, percebe-se que são questões interessantes a serem analisadas quando do estudo da administração do Marquês.

Não obstante isso, é possível que esse estudo revele questões interessantes a respeito da forma de atuação do Marquês de Alegrete na sua posição de Governador da Capitania, além do funcionamento da sua rede de relacionamentos sociais e políticos e a consequente influência destas na política regional.

Assim, o objetivo principal deste estudo é a investigação acerca das relações sociais na qual o Marquês de Alegrete pertencia ou por ele construída no período inicial de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, procurando analisar as relações sociais estabelecidas no processo de sua inserção social na Capitania e de continuidade da governabilidade do Império Português.

Diante de tudo isso, advém questões gerais: como se deu a inserção social do Marquês de Alegrete na Capitania? Como se desenvolveram as relações sociais construídas em torno do (ou, pelo) Marquês de Alegrete? Tais questionamentos orientam uma investigação geral e de fôlego mais amplo. Este estudo apresenta os primeiros resultados deste trabalho, onde nos detemos na análise da correspondência expedida pelo Marquês nos primeiros anos de seu governo na capitania.

Também é importante ressaltar a metodologia empregada neste trabalho. No caso, foi utilizada a metodologia de redução de escala. Essa redução de escala de análise pretendida pela micro-história italiana deve mostrar, como Giovanni Levi (2001) aponta em sua obra, os aspectos não revelados pela análise do macro, e assim, servir para reconfigurar uma visão mais ampla do processo. Em seu “A Herança Imaterial”, a partir da comunidade de Santena, o referido autor procura mostrar como as mudanças ocorridas no século XVII vão influenciar as escolhas e as decisões dos indivíduos dessa comunidade.

Assim, busca-se mostrar com o presente estudo uma análise em escala reduzida sobre as relações sociais do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818), e a partir delas observar as estratégias de um indivíduo em busca da inserção social e da continuidade política do Império Português.

Diante de tudo isso, vê-se que o presente trabalho é uma análise em redução de escala do período colonial brasileiro, em especial da fronteira da Capitania de São Pedro do Rio Grande do

valores e práticas tipicamente do Antigo Regime” (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2000, p. 75). A partir da distribuição de mercês e/ou privilégios o soberano retribuía o serviço de seus vassallos, mas também reforçava os laços e o sentimento de pertença desses com o Império Português.

Sul nos anos de 1814 e 1815, através das correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete - português recém-chegado para atuar como Governador e Capitão-General da Capitania - nesse período. Com essa análise, visa-se obter conhecimento acerca das práticas administrativas e políticas da época e também sobre as estratégias militares, políticas e administrativas desenhadas pelo Império Português para o ultramar e aqui aplicadas pelo enviado do Império, o Marquês de Alegrete.

A circulação da nobreza portuguesa no Império Ultramarino Português

Em que pese o fato de que o Marquês de Alegrete veio ao Brasil em virtude da transferência da família real portuguesa para a então colônia, convém recordar que a circulação da nobreza portuguesa no Império ultramarino português era muito comum. Ou seja, apesar do Marquês de Alegrete ter vindo para o Brasil apenas com o advento da família real a estas terras, sua trajetória política e administrativa nos mostra uma idéia de continuidade nas estratégias adotadas pelo Império português em relação às políticas a serem implantadas no Brasil.

A administração portuguesa de seu Império ultramarino, neste caso o Brasil, se deu pela nomeação de grande parte de sua nobreza para os altos cargos no ultramar. Ou seja, desde o princípio da colonização temos essa circulação de nobres portugueses pelos altos cargos administrativos das colônias portuguesas. E como nos mostra Nuno Gonçalo F. Monteiro:

A nomeação de governadores reinóis e tão nobres quanto possível visava, aqui como em outras paragens, a colocar no comando de cada capitania quem maior independência se supunha assegurar em relação aos interesses ou facções locais. (...) A base essencial de recrutamento dos governadores radicava, assim, nas elites reinóis. Mais exatamente, no caso das capitanias brasileiras, com poucas exceções, no corpo de oficiais do exército de primeira linha português. (MONTEIRO, 2011, p. 280-281)

No trabalho de Maria de Fátima Silva Gouvêa (2001), pode-se perceber com clareza a partir de trajetórias administrativas de alguns portugueses², que as estratégias de administração da Coroa

2 Exemplos como João de Lencastre, Lourenço de Almada, Antonio de Almeida Soares e Portugal e Antonio Álvares da Cunha. “Estes exemplos explicitam a associação gradativa, em um mesmo indivíduo, do exercício de altos cargos governamentais em diferentes territórios coloniais, bem como em instituições encarregadas da coordenação das políticas encaminhadas pela Coroa, como o Conselho Ultramarino, a Casa de Suplicação de Lisboa, dentre outras.”

portuguesa teve como principal atividade a política de distribuição de cargos. Assim, as diversas partes do Império Português estavam entrelaçadas, pois é através das concessões de mercês e privilégios pela Coroa portuguesa, que se conduziu a uma hierarquização de recursos humanos, materiais e territoriais no além-mar.

Essa rede de hierarquia e poder que, através das mercês e privilégios concedidos pela Coroa, se estendiam desde o reino até o ultramar estabelecia laços de maior aproximação com os seus vassallos além-mar. Além disso, a trajetória administrativa desses homens formou uma memória de informações sobre as diversas partes do Império, pois estes circulavam por mais de uma região e exerciam as mesmas estratégias de governabilidade da Coroa portuguesa.

Desenvolvia-se, assim, uma maior percepção da diversidade dos problemas enfrentados, bem como a similitude de situações e estratégias passíveis de uso no exercício da soberania portuguesa em áreas tão distantes e díspares entre si. Dessa maneira, tomava também forma um complexo processo de hierarquização dos homens encarregados dessa gestão governativa, bem como dos espaços geridos. (GOUVÊA, 2001, p. 308)

Dessa forma, a administração portuguesa do império ultramarino utilizou-se de dois mecanismos essenciais para a sua melhor governabilidade: a *economia política de privilégios*³ e as trajetórias administrativas de nobres portugueses no além-mar. Esses mecanismos estão intimamente ligados, pois é com a concessão de privilégios prevista pela primeira que a Coroa portuguesa “procurou hierarquizar, ao longo do tempo, as partes integrantes de seu Império, bem como os homens encarregados de exercer o seu governo” (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 81). Diante disso, a *economia política de privilégios*:

deve ser pensada enquanto cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder que, interligadas, viabilizavam o acesso a cargos e a um estatuto político – como o ser cidadão –, hierarquizando tanto os homens quanto os serviços em espirais de poder que garantiam coesão e governabilidade ao Império. (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000, p. 79)

Desse modo, a expansão ultramarina portuguesa resultou na conquista progressiva de territórios e a administração política desses territórios se deu a partir da transferência de uma série

(GOUVÊA, 2001, p. 308)

³ A economia de política de privilégios consiste em “uma dada noção de pacto e de soberania, caracterizada por valores e práticas tipicamente do Antigo Regime” (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2000, p. 75). A partir da distribuição de mercês e/ou privilégios o soberano retribuía o serviço de seus vassallos, mas também reforçava os laços e o sentimento de pertença desses com o Império Português.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

de mecanismos jurídicos e administrativos da metrópole. Embora, como mostra Antonio Manuel Hespanha:

A centralidade 'do Império' dissolvia-se num emaranhado de relações contraditórias entre uma multiplicidade de pólos, nos quais a coroa ocupava lugares e hierarquias diversas, frequentemente insignificantes, por vezes escandalosamente rebaixadas; e em que, em contrapartida, tanto se alevantavam poderes locais altaneiros, como as tais sombras dos 'funcionários' régios se alongavam em dimensões autônomas, cobrindo e dando legitimidade prática a toda a sorte de iniciativas e ousadias, que os regimentos rejeitavam e as cartas régias mal podiam coonestar. (HESPANHA, 2007, p. 58)

Por mais que as autoridades ultramarinas nomeadas pela Coroa portuguesa fossem obrigadas a se reportar a Lisboa, ao governo central, nem todas as leis se aplicavam da mesma forma em todo o Império Português no ultramar. Segundo Hespanha, “as leis não eram feitas para aplicar estritamente” (HESPANHA, 2007, p. 58), isso porque a Coroa portuguesa precisa conservar a lealdade de seus vassallos no além-mar.

Hierarquizando os homens através dos privilégios cedidos em contrapartida à prestação dos 'serviços' de governo, produziam-se múltiplas espirais de poder, articuladas entre si, viabilizando uma governabilidade tão característica da forma como se exercia a soberania portuguesa sobre seu Império ultramarino. (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHOS, 2000, p. 83)

Vale lembrar que o Marquês de Alegrete estava se inserindo numa sociedade ainda marcada pelas práticas do Antigo Regime, advindas da própria Coroa portuguesa. Essas práticas passadas pela Coroa aos seus administradores e governantes no ultramar, tinham por objetivo produzir uma maior identificação dos seus vassallos ultramarinos com o Império português.

Assim, nesta perspectiva, a busca pelos indivíduos dentro de seus respectivos contextos objetiva perceber a condição social destes, como asseguram seu espaço na rígida estrutura social do Antigo Regime, e como para tanto, se inserem em diferentes círculos de sociabilidade perseguindo espaços de legitimação. (MENEGATTI, 2009, p. 29)

Justamente a partir dessas estratégias administrativas - de integração política da Coroa portuguesa no seu Império ultramarino - que se pode analisar a rede de relações sociais do Marquês de Alegrete, no período inicial de sua administração na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, como um homem a serviço da Coroa portuguesa.

As heranças do Antigo Regime na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul

A compreensão do Antigo Regime se faz necessária para compreender a organização dessa sociedade e a lógica da hierarquização e de exclusão social exercida por este, pois os seus princípios não ficaram restritos em Portugal, mas foram levados ao seu Império ultramarino.

Antes de tudo, a hierarquia social colonial deriva daquilo que denomino de Antigo Regime nos trópicos. Portanto, além de seus aspectos econômicos, seria forjada por vetores políticos e culturais, onde os grupos sociais se percebiam e eram percebidos por suas *qualidades*. Como se sabe, na antiga sociedade lusa cabia ao governo cuidar do *bem comum* da *República*: dirigir a organização social e política das regiões, sendo isto feito pelas pessoas de melhor *qualidade* da localidade – reunidas na Câmara – e pelos ministros do Rei, ambos subordinados à Coroa. (FRAGOSO, 2002, p. 44)

Em Portugal essas relações sociais se manifestam sob a lógica do dom. Segundo Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha⁴ baseava-se numa tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Para cada benefício concedido a uma pessoa havia o dever de retribuição, denominado *contra-dom*. Essa lógica estava arraigada em todos os segmentos daquela sociedade e servindo de base para as suas relações políticas e sociais.

“O dom podia acabar por tornar-se um princípio e epifania de Poder. Assim, era frequente que o prestígio político de uma pessoa estivesse estreitamente ligado à sua capacidade de dispensar benefícios, bem como à sua fiabilidade no modo de retribuição dos benefícios recebidos” (XAVIER; HESPANHA, p. 382).

Esses princípios, a lógica do *dom* e *contra-dom*, também se reproduziram nas sociedades do Império Português ultramarino, ou seja, a sociedade da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul na qual o Marquês de Alegrete buscava se inserir ainda continha heranças desta mesma lógica.

Dessa maneira, pode-se observar através do trabalho de Hespanha (2007), que as práticas do Antigo Regime se faziam presentes também no sul do Brasil, pois a administração portuguesa do seu reino se viu refletida no seu Império no ultramar. Certamente, essa “importação” de práticas administrativas portuguesas no modo de governar no império ultramarino era totalmente natural, posto que os administradores destas terras eram portugueses, ou, ao menos, enviados escolhidos

4 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal: o Antigo Regime. Lisboa, editorial Estampa, s/d. p. 381-393

pelo Império português, com o intuito de manter as práticas governamentais daqui alinhadas com as do poder central. É como revela o autor:

E, realmente, porque é que os portugueses haviam de ter como desígnio construir, no Brasil, uma sociedade diferente daquela que eles conheciam e em que viviam. (...) A colonização européia foi, toda ela, euro-cêntrica; isso estava implícito quer no conceito de *evangelizar*, como no de *civilizar*. (HESPANHA, 2007, p. 61)

Vale dizer, que a permanência das práticas do Antigo Regime ao sul do Império português no Brasil se deu muito em razão dos constantes conflitos territoriais entre portugueses e espanhóis.

Difícilmente houve na América lusa, no século XVIII, fronteira mais conflituosa que a do extremo-Sul. As antigas práticas de Antigo Regime, tais como o sistema de distribuição de mercês da Coroa, a composição de uniões endogâmicas e exogâmicas das famílias com nobreza – de sangue ou por direito de conquista –, relações de compadrio e outras alianças que criavam vínculos de reciprocidade como fomentadores da hierarquia social lusa, encontraram solo fértil nas aventuras de conquista e reconquista dos territórios meridionais. (HAMEISTER; GIL; 2007, p. 290)

Desse modo, a conquista e a reconquista dos territórios ao sul do Brasil, foi um meio para que os indivíduos que participaram desses eventos recebessem do poder central, da Coroa portuguesa, benesses pelos seus serviços prestados. Ter participado da conquista, da povoação e da defesa desses territórios dava a esses homens o poder de negociar com a Coroa portuguesa. “O que punha esta dinâmica em movimento era uma *economia política de privilégios*” (FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO; 2000, p. 78).

Essa foi uma prática muito recorrente em Portugal quando das guerras de reconquista de seus territórios tomados na invasão árabe da península e, através dela pode-se notar o alargamento dessas práticas na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul ainda na administração do Marquês de Alegrete.

Diante disso, pode-se perceber como as práticas do Antigo Regime ainda se faziam presentes na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, na qual o Marquês de Alegrete assume o posto de Governador e Capitão-General no ano de 1814.

Os primeiros anos da administração do Marquês de Alegrete na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1815)

Para este estudo foram analisadas as correspondências expedidas as autoridades da Capitania pelo Marquês de Alegrete no período inicial de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, que consiste nos anos de 1814 e 1815. Por se tratar de um estudo inicial e exploratório sobre a rede de relações sociais do Marquês de Alegrete, decidiu-se por analisar primeiramente somente as correspondências expedidas por este, afim de traçar o início de suas estratégias de inserção social na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Essa análise tem por objetivo propiciar um conhecimento das primeiras medidas implantadas pelo administrador recém-chegado, de modo a observar o modelo de governo que pretendia implantar nestas terras, até em razão do modelo de administração cultivado e incentivado pelo Império Português nas suas terras no ultramar.

A Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul era de suma importância para o Império português e o Marquês de Alegrete tinha total consciência deste fato. Através de suas correspondências com as autoridades da Capitania, pode-se notar que o Marquês de Alegrete buscou, desde o início de sua administração como Governador e Capitão-General, manter os interesses da Coroa portuguesa, mesmo numa das fronteiras mais disputadas do Brasil.

As suas relações sociais que iniciou e que manteve no período de sua administração com as mais diversas autoridades, tanto militares como administrativas, através das correspondências oficiais, demonstra como o Marquês de Alegrete estava vinculado às estratégias políticas e administrativas que o Império português utilizava no ultramar.

Um dos exemplos claros da continuidade da administração da Coroa portuguesa empregados pelo Marquês de Alegrete na Capitania é o tratamento dado aos desertores. Nas correspondências, pode-se notar uma quantidade expressiva de desertores dos mais diferentes regimentos militares da Capitania. Vale frisar que essas deserções tratadas nas correspondências são apenas as que os desertores eram capturados ou mesmo que eles voltavam ao seu regimento, não sendo mencionadas as deserções em que o indivíduo era bem sucedido ou que, de maneira alguma, havia vontade de voltar ao seu regimento de origem. Devido a necessidade de manter as tropas da Capitania com um número elevado (em virtude da necessidade de preservação da fronteira), prezava-se pela não punição desses desertores, como o próprio Marquês de Alegrete trata em uma de suas

correspondências, em que o oposto era feito:

As Leis também são Ordens Superiores, e pois uma contradição dizer de que aborrece umas e respeita outras, quando o dito Cadete tenha completado um mês de prisão, mande o soltar fazendo escutar ao Regimento qual o motivo por que não é castigado em mais severidade. Vejo com pena a frequência com que Vossa Mercê se ve obrigado a castigar. A beneficência e piedade que nós os portugueses experimentamos Amabilíssimo Soberano, deve servir-nos para regularmos a nossa conduta a respeito dos nossos súditos.⁵

Recebi o ofício de Vossa Mercê datado em 25 do passado mês ao qual respondo. Ficam perdoados da deserção os soldados Inácio Terras e Manoel Soares, Jose Soares e Antônio de Oliveira, ficando Vossa Mercê inteligenciado que deve por em Concelho todo aquele que desertar ainda que torne para o Regimento livremente. Porto Alegre, 2 de dezembro de 1815. Ao Sr. Antonio João Torres.⁶

Essa postura vai ao encontro do trabalho de José Iran Ribeiro, onde este mostra que a não punição aos desertores das tropas em combate nas guerras da Cisplatina e Farroupilha era tanto uma prática frequente quanto uma prática muito utilizada pelas autoridades militares da província do Rio Grande do Sul, sendo este um dos fatores da grande quantidade de desertores:

Outro fato que contribuía para que muitos homens desertassem era o não cumprimento da legislação punitiva em vigor. Isto, segundo alguns autores, em virtude de as deserções acontecerem em tão grande número que fazia com que as determinações do *Regulamento de Disciplina Militar*, do Conde Lippe, não fossem seguidas simplesmente porque se fossem aplicadas efetivamente “o Exército ficaria dizimado e poupar-se-ia ao inimigo o trabalho de fazer a guerra”. Citamos, por exemplo, a prescrição da pena de morte para todo “aquele que deixar a sua companhia ou regimento, sem licença, para ir ao lugar de seu nascimento ou a outra qualquer parte que seja.” Além dessas punições extremas, o mesmo Regulamento fazia com que antes da determinação de qualquer punição fossem colhidos os depoimentos de três testemunhas que atestassem a culpa do criminoso. O que, no entanto, era uma exigência que tornava quase inviável a condenação, por exemplo, dos que se extraviavam propositalmente das tropas durante os deslocamentos. (RIBEIRO, 2005, p. 108)

Além disso, a partir das correspondências expedidas pelo Marquês de Alegrete, pode-se notar que ele se utilizou da concessão de licença das atividades militares para estabelecer e construir laços de relações sociais com os mais diferentes destinatários, mas isso acontece principalmente com os destinatários que manteve um número mais elevado de correspondências. Como, por exemplo, na correspondência enviada ao Brigadeiro Joaquim de Oliveira Alvarés:

5 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRHS). **Registro da correspondência expedida e de ordens e portarias dos Governadores e Capitães Gerais (1780-1821)**. Correspondência para as autoridades da Capitania (1813-1816). A – 1.10. Caixa 57.

6 Ibid.

Em virtude do aviso expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra datado em 1º de agosto do corrente ano, contemplará a Vossa Senhoria a Joaquim Lopes Guimarães Alferes da Cavalaria do 2º Esquadrão da Legião do seu Comando com três meses de licença mais a com que se acha na Corte. Porto Alegre, 1º de setembro de 1815.⁷

Do mesmo modo, como já foi dito anteriormente, o Marquês de Alegrete via a importância da Capitania para o conjunto do Império português, e por meio desta a expansão territorial visando os territórios neutrais e mesmo a anexação do atual Uruguai. Como mostra Farinatti:

A conquista, os saques e a ocupação sistemática de vastas áreas de boas pastagens nas planícies disputadas com os castelhanos, significava a abertura de uma nova fronteira agrária, que vinha desafogar e ampliar as possibilidades daquele sistema extensivo e da economia sulina como um todo. (FARINATTI, 2010, p. 72)

Com as relações sociais estabelecidas com chefes militares da Capitania, observa-se o intuito tanto da Coroa portuguesa como do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania, em se expandir territorialmente e de, através das suas correspondências expedidas, de organizar militarmente a Capitania para uma ofensiva territorial, sendo que para isto precisava de todo o apoio e lealdade desses chefes militares. Em correspondência ao Tenente General Manuel Marques de Sousa pode-se notar que o Marquês de Alegrete esperava o tempo certo para a invasão dos territórios vizinhos:

Previno a Vossa Excelência que não serão excessivas todas as recomendações que fizer para que de nossa parte não haja a mais pequena provocação, quando porém aconteça praticarem os espanhóis qualquer insulto que ofenda a integridade dos Domínios de Sua Alteza Real devem ser repelidos, expedindo a Vossa Excelência as ordens convenientes para que em tal caso as diferentes postos se socorram reciprocamente. P.S.: A tomada de Santa Tereza certamente nos convém, mas não pode ter lugar sem que principiemos as hostilidades e nessa Fronteira será esta a nossa primeira operação ofensiva. Porto Alegre, 23 de novembro de 1815.⁸

Assim, o Marquês de Alegrete, no período inicial de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, buscou estabelecer relações com as autoridades para uma melhor inserção social, mas também para melhor administrar o território e

7 ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). **Registro da correspondência expedida e de ordens e portarias dos Governadores e Capitães Gerais (1780-1821)**. Correspondência para as autoridades da Capitania (1813-1816). A – 1.10. Caixa 57.

8 Ibid.

sua respectiva manutenção, além de fincar bases sólidas para, em anos futuros de sua administração, tentar expandir a fronteira.

Considerações finais

O presente trabalho, como foi referido na Introdução, tinha como objetivo principal uma investigação histórica inicial da trajetória administrativa e das relações sociais do Marquês de Alegrete, especialmente percebidas no início de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, mais precisamente nos anos de 1814 e 1815.

A partir de uma metodologia de análise de redução de escala, fundamentada na micro-história italiana, buscou-se, através das relações sociais estabelecidas pelo Marquês de Alegrete, observar as estratégias de um indivíduo para sua inserção social e da continuidade política do Império Português na Capitania.

Desse modo, respondendo as questões levantadas no início desse trabalho, pode-se dizer que a inicial inserção social do Marquês de Alegrete se dá a partir das relações com as principais autoridades tanto militares como administrativas da Capitania, buscando tanto apoio e lealdade como a manutenção das estratégias da Coroa portuguesa para uma melhor governabilidade de seus domínios.

Essas relações sociais foram construídas buscando para garantir a conservação do território, a manutenção da fronteira e de sua posterior expansão. O Marquês de Alegrete precisava da aliança com as autoridades da Capitania, pois sem elas isso não seria possível, posto que esses seriam essenciais para um dos principais objetivos do Marquês nestas terras, a defesa da fronteira.

Embora o estudo aqui realizado possua um caráter bastante experimental, pode-se apresentar algumas hipóteses e deduções, mesmo que estas necessitem de uma constatação empírica mais aprofundada. Isso se deve tanto a falta de estudos específicos sobre a trajetória do Marquês de Alegrete, como foi dito anteriormente - as obras e trabalhos apenas o citam como um mero coadjuvante na história do Rio Grande do Sul no período colonial - quanto pelas próprias fontes utilizadas, pois estas mostram a existência do vínculo, mas a real natureza das relações sociais

estabelecidas não há como ser precisos. Para tanto seria necessário um maior refinamento metodológico, além de analisar as correspondências expedidas e recebidas do Marquês de Alegrete das diferentes autoridades da Capitania e da Coroa portuguesa, obtendo dessa maneira uma maior visibilidade das relações sociais e das estratégias do Marquês enquanto Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Contudo, ainda assim, foi possível obter certos dados interessantes, como foi referido, especialmente no tocante as estratégias advindas do Império Português utilizadas pelo Marquês de Alegrete na Capitania. Por exemplo, foi possível observar que o intuito inicial do Marquês como Governador foi aproximar-se das lideranças militares da região, visando a defesa da fronteira, e, nos anos seguintes de sua administração, expandir o território da Capitania em direção ao Prata.

Assim, este estudo sobre a trajetória administrativa, sobre as relações sociais estabelecidas pelo Marquês de Alegrete, embora seja uma abordagem inicial, apresenta alguns dados e conclusões deveras interessantes, como foi mencionado, o que torna este estudo um tema promissor, sobre o qual ainda há muito para revelar.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). **Registro da correspondência expedida e de ordens e portarias dos Governadores e Capitães Gerais (1780-1821)**. Correspondência para as autoridades da Capitania (1813-1816). A – 1.10. Caixa 57.

COMISSOLI, Adriano. **Os homens bons e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006. (Dissertação de Mestrado)

_____. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011. (Tese de Doutorado)

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e a sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

_____. **Construção de séries e micro-análise:** notas sobre o tratamento de fontes para a história social. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 57-72, 2008

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. In: **Tempo** – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: **Topói**. Rio de Janeiro, set. 2002, p. 41-70.

_____; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, nº 23, 2000. p. 67-88.

GIL, Tiago. **Infiéis transgressores:** os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado)

GIL, Tiago; HAMEISTER, Martha. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Jucá (org). **Conquistadores e negociantes:** história da elite no Antigo Regime nos trópicos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 265-310.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GOLIN, Tau. **A Fronteira:** governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 285-315.

HAMEISTER, Martha. **Para dar calor à nova povoação:** estudo sobre as estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos registros batismais (1738-1763). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006. (Tese de Doutorado)

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188.

_____. Depois do Leviathan. In: **Almanack braziliense**. S/1, nº5, maio de 2007.

KÜHN, Fábio. A prática do dom: família, dote e sucessão. **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exoercista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. 1ª ed.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, 2009. (Dissertação de Mestrado).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A circulação das elites no impériodos Braganças (1640-1808): algumas notas. In: **Topói**, nº 27.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 249-283.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa, editorial Estampa, s/d. p. 381-393.